

Operação Desmonte atingirá servidores

JORNAL DE BRASÍLIA

15 NOV 1988

Orçamento

Valdo Cavalcante 22.1.88

O Governo pretende fazer uma revisão completa em sua política de pessoal, do tipo "operação desmonte", o que não significa a demissão em massa. A informação é do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Segundo ele, a idéia inicial é instituir um concurso interno para remanejamento de pessoal. Assim, os setores que necessitarem de funcionários serão atendidos e o Governo deixará de gastar em novas contratações.

Disse que foram constituídos vários grupos de técnicos da área econômica do Governo para estudar e propor soluções dentro do objetivo de remanejamento de pessoal. Um dos grupos deve estudar os dados disponíveis no Governo sobre a administração pública, para evitar, como no início do ano, que cada Ministério tenha um número diferente sobre o funcionalismo. O "folhão", a folha única de pagamento de pessoal da administração pública, será objeto de estudo por parte de outro grupo, assim como o cadastro do funcionalismo, e outro



a n a l i s a r á a s remunerações.

"Fala-se muito por aí que o Governo tem muitos funcionários, ociosidade, etc. É verdade, mas há dificuldades imensas na demissão. Sendo o funcionário da administração direta, essa hipótese não se aplica. E, por outro lado, há interesse da administração pública, de preservar seus valores: um engenheiro, por exemplo, se investe nele, manda-se fazer curso no exterior, para que ele se qualifique. Não

se pode pura e simplesmente, colocá-lo na rua", observa o ministro.

Abreu lembra também que atualmente é grande, por exemplo, a necessidade de fiscais na área da Receita Federal. A idéia básica neste caso é, em vez de a Receita promover um concurso externo, o Governo restringiria o concurso à própria área federal, de modo que, por exemplo, "o funcionário descontente, desmotivado, possa ingressar numa nova carreira". Disse que, no caso da Caixa Econômica Federal (CEF), que recentemente realizou um concurso externo, como já havia sido publicado um edital, não houve tempo de "abortá-lo", mas de agora em diante, os recrutamentos serão feitos exclusivamente por concurso interno.

O ministro descartou que dentro dos estudos do Governo será levado em conta o decreto-lei baixado no primeiro semestre pelo qual funcionários dos órgãos extintos, têm direito de prestar concurso, aberto exclusivamente para eles, para ingressar na administração direta.